

CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ

AMANDA CABRAL JUKOVSKI

**JUDEUS E PROSTITUIÇÃO: A SAGA DAS “POLACAS” NO RIO DE JANEIRO
ENTRE OS ANOS DE 1867 E 1950**

Ribeirão Preto

2023

AMANDA CABRAL JUKOVSKI

**JUDEUS E PROSTITUIÇÃO: A SAGA DAS “POLACAS” NO RIO DE JANEIRO
ENTRE OS ANOS DE 1867 E 1950**

Trabalho de conclusão de curso de História
do Centro Universitário Barão de Mauá
para obtenção do título de licenciatura

Orientador: Me. Rodrigo de Andrade
Calsani

Ribeirão Preto

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

J87j

Jukovski, Amanda Cabral

Judeus e prostituição: a saga das "polacas" no Rio de Janeiro entre os anos de 1867 e 1950/ Amanda Cabral Jukovski - Ribeirão Preto, 2023.

50p.il

Trabalho de conclusão do curso de História do Centro Universitário Barão de Mauá

Orientador: Me. Rodrigo de Andrade Calsani

1. Judeus 2. Prostituição 3. Rio de Janeiro I. Calsani, Rodrigo de Andrade II.
Título

CDU 94(815.3)

Bibliotecária Responsável: Iandra M. H. Fernandes CRB⁸ 9878

AMANDA CABRAL JUKOVSKI

**JUDEUS E PROSTITUIÇÃO: A SAGA DAS “POLACAS” NO RIO DE JANEIRO
ENTRE OS ANOS DE 1867 E 1950**

Trabalho de conclusão de curso de História
do Centro Universitário Barão de Mauá
para obtenção do título de licenciada

Orientador: Me. Rodrigo de Andrade
Calsani

Data de aprovação __/__/__

BANCA EXAMINADORA

Me. Rodrigo de Andrade Calsani

Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

Me. Yuri Araújo Carvalho

Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

Dr. Rafael Cardoso de Mello

Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

Ribeirão Preto

2023

Dedico este trabalho à minha irmã, que ingressou este ano na academia, e às minhas queridas amigas que conheci neste lugar: Carolina Ganzella, Gabrielle Nayara de Freitas, Laura Garcia Rossi, Letícia Krempel, Marília Penna, Maria Eduarda Teixeira, Pâmella Borges e Sarah Júlia Bortoletto.

AGRADECIMENTO

Primordialmente, agradeço aos meus pais por todo o investimento e incentivo concedidos aos meus estudos. Milton César e Valéria, sem vocês, esta pesquisa nunca seria possível. Muito obrigada por todo o amor, carinho e confiança que depositaram em mim. A resiliência que cultivo hoje se deve muito à minha família: o verdadeiro amor da minha vida.

Agradeço também às minhas lindas irmãs Fernanda, Jéssica e Ana Catarina, as quais amo imensamente. Aos meus familiares, tios, tias, primos e primas, agradeço grandemente por todo o apoio e carinho. Às minhas queridas amigas da academia, demonstro imensa gratidão por todo o companheirismo e amizade, que com muita alegria tive a oportunidade de cultivar durante esta jornada.

Ao meu orientador, Rodrigo de Andrade Calsani, meus sinceros agradecimentos por toda a paciência, mentoria e trabalho dedicados a esta monografia. Agradeço também ao professor Yuri Araújo Carvalho, pela mesma dedicação ao sempre me fornecer auxílio e amparo na construção deste trabalho. Aos meus professores do curso, demonstro eterna gratidão por todos os ensinamentos e inspiração. Finalmente, agradeço também à banca avaliadora, pela oportunidade e pelo tempo investidos à arguição de minha monografia.

“Ainda é cedo, amor
Mal começaste a conhecer a vida
Já anuncias a hora de partida
Sem saber mesmo o rumo que irás tomar

Presta atenção, querida
Embora eu saiba que estás resolvida
Em cada esquina cai um pouco tua vida
Em pouco tempo não serás mais o que és

Ouçá-me bem, amor
Preste atenção, o mundo é um moinho
Vai triturar teus sonhos, tão mesquinho
Vai reduzir as ilusões a pó

Preste atenção, querida
De cada amor, tu herdarás só o cinismo
Quando notares, estás à beira do abismo
Abismo que cavaste com teus pés [...]”

(Cartola)

RESUMO

A presente pesquisa, partindo de revisão bibliográfica e análise de fontes, ambiciona expor a trajetória de vida de imigrantes provenientes da Europa Oriental, os quais, envolvidos com a prostituição e em sua maioria judeus, desembarcaram na cidade do Rio de Janeiro a partir do ano de 1867 em busca de novas oportunidades e de uma vida melhor. Fugidos da fome, miséria e perseguições de cunho religioso que enfrentavam em suas terras natais, estabeleceram-se em vários dos grandes centros urbanos sul-americanos em busca de um recomeço. No entanto, suas condições de marginalizados perpetuaram-se na capital do Brasil durante o fim do século XIX e até a metade do século XX: indesejáveis não só pela população em geral, mas também pelos correspondentes de sua religião, eram atacados constantemente pelos jornais e por uma política de limpeza moral que visava acabar com sua presença nas principais ruas da cidade. Em meio a exclusão, se viram obrigados a organizarem uma sociedade baseada na solidariedade e ajuda-mútua a qual viabilizasse o exercício de sua fé e identidade, bem como o acesso à educação, ajuda hospitalar e um lugar após a morte. Portanto, partindo deste fato, é possível aferir que a relação entre estes homens e mulheres era muito mais complexa e não se baseava somente em engano, coerção e violência, o que comumente é apontado em várias pesquisas sobre o tema.

Palavras-chave: prostituição; judeus; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This research, based on a bibliographical review and analysis of sources, aims to expose the life trajectory of immigrants from Eastern Europe, who, involved in prostitution and mostly Jews, arrived in the city of Rio de Janeiro from the year 1967 in search of new opportunities and a better life. Fleeing the hunger, poverty, and religious persecution they faced in their homelands, they settled in several of the large South American urban centers in search of a fresh start. However, their marginalized conditions continued in the capital of Brazil during the end of the 19th century and until the middle of the 20th century: undesirable not only by the population in general, but also by their religious correspondents, they were constantly attacked by newspapers and for a policy of moral cleansing that aimed to end their presence on the city's main streets. In the midst of exclusion, they found themselves forced to organize a society based on solidarity and mutual aid which would enable the exercise of their faith and identity, as well as access to education, hospital help and a place after death. Therefore, based on this fact, it is possible to determine that the relationship between these men and women was much more complex and was not based solely on deception, coercion and violence, which is commonly pointed out in several studies on the subject.

Keywords: prostitution; jews; Rio de Janeiro.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Notícia BBC News	11
Figura 2 - Recorte do jornal "O Repórter" (1879).....	15
Figura 3 - Cartão da Charutaria de Hermann Moscovitz	28
Figura 4 - Fotografia de Isidoro Klopper	29
Figura 5 - Recorte do jornal "O Carbonário" (1888)	34
Figura 6 - Recorte do jornal "A Gazeta de Notícias" (1879).....	35
Figura 7 - Recorte do jornal "A Gazeta de Notícias" (1879).....	38
Figura 8 - Recorte do jornal "A Gazeta de Notícias" (1897).....	41
Figura 9 - Recorte do Diário Oficial do Rio de Janeiro (1898).....	43

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 A TRAJETÓRIA DE UMA HISTÓRIA ESQUECIDA: QUEM SÃO ELES?	15
2.1 POR TRÁS DOS PROCESSOS DE TRÁFICO E IMIGRAÇÃO	15
2.2 OS NEGOCIADORES DE MULHERES: <i>CAFTENS</i> E <i>CAFETINAS</i>.....	18
2.3 O NEGÓCIO: AS “POLACAS” E A VIDA DIFÍCIL	22
2.4 O “ELDORADO DO TRÁFICO”	25
3 SOB O MANTO DA MARGINALIDADE E EXCLUSÃO	31
3.1 ANTISSEMITISMO E PRECONCEITO	31
3.2 A REAÇÃO COMUNITÁRIA DO RIO DE JANEIRO: A LIMPEZA MORAL.....	36
3.3 QUANDO AS PORTAS SE ABREM: O NASCIMENTO DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FUNERÁRIA RELIGIOSA ISRAELITA.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

Figura 1 – Notícia da BBC News, dia 01 de fevereiro de 2022



As meninas romenas raptadas e traficadas para a prostituição

1 fevereiro 2022

Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-60223783>

Uma reportagem da BBC News, publicada no dia 1 de fevereiro de 2022, revela a continuidade de uma história marcada pela luta à sobrevivência. A recente notícia, a qual relata o caso de meninas romenas que foram traficadas para o Reino Unido para a prostituição, possui grande relação com a saga das “polacas”¹: termo pejorativo utilizado no Brasil e na Argentina que denominava prostitutas de origem eslava.

Naturais da Europa Central e Oriental, essas meretrizes, muitas vezes judias, desembarcaram nas Américas no fim do século XIX e constituíram um episódio às margens da história que se estende velado até os dias atuais. Marcado pela exclusão, estereótipos e distorção, o caso das polacas oculta uma rede complexa de relações entre homens e mulheres, que organizaram associações de ajuda mútua a

¹ Durante a pesquisa, verificou-se que este é um termo equivocado e pejorativo para caracterizar as mulheres de origem polonesa. Sendo assim, no primeiro capítulo, serão tratadas as diversas problemáticas que incidem sobre esta palavra.

fim de superarem o status da marginalização. Cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Porto Alegre, Buenos Aires e Montevideu, vivenciaram intensas ondas imigratórias. Áreas privilegiadas para o tráfico, estes centros urbanos sul-americanos eram pontos de chegada de imigrantes que desejavam “*fazer a América*” (KUSHNIR, 1996, p. 52).

Desse modo, a presente monografia pretende compreender brevemente a trajetória destes imigrantes judeus envolvidos com a prostituição na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1867 e 1950, com o objetivo de analisar não somente como se deram os processos de exclusão e estigmatização dessas pessoas, muito influenciados pela imprensa carioca, como também desmistificá-los. Para tanto, será exposto como se davam as relações sociais entre esses indivíduos, que constituíram uma associação de solidariedade e cooperatividade a fim de conquistarem um espaço na sociedade excludente.

Ao início do trabalho, quando este era apenas um esboço, a narrativa sobre o fenômeno do “tráfico de brancas” era predominante: presumia-se que todas as “polacas” eram vítimas de rufiões judeus inescrupulosos, e que suas relações com estes homens eram baseadas exclusivamente em coerção, violência e submissão. No entanto, Henrique Samet (2019) relembra que o trabalho sobre esse tema não deve ser o caso de generalizações arbitrárias, onde se concebe uma figura como vítima e outra como algoz, mas sim de promover um espaço em que suas narrativas não sejam caladas ou desfiguradas, fato que se estendeu por muito tempo na história de vida destes sujeitos.

[..] descrever estas expressões de identidade serve de antídoto para contornar as armadilhas da unilateralidade ou do maniqueísmo com a pretensão de construir uma imagem única a respeito deste segmento que, com credenciais deterioradas e sem uma blindagem simbólica, ficava (e fica) sujeito, com raras exceções, não somente ao arbítrio policial, mas também ao arbítrio descritivo e valorativo, sem contrapontos (SAMET, 2019, p. 294)

Ainda que os estudos de prostituição sigam muito tradicionais no meio acadêmico, a história das “polacas” deve ser considerada muito relevante e valorosa, visto que as figuras envolvidas com tal ofício seguem até hoje estigmatizadas. Do ponto de vista social, a presente pesquisa pode contribuir não só para a preservação da história e da cultura dessas comunidades, como também para a desmistificação dos estereótipos que as envolvem. O tema despertou grande interesse e comoção por parte da autora desta monografia não só devido ao fato de seus bisavôs paternos

também serem imigrantes da Europa Oriental, mas também à circunstância da mesma ser mulher e refletir sobre a difícil trajetória dessas imigrantes enquanto meros produtos sexuais.

Partindo do fato de que tanto as “polacas”, quanto os cáftens envolveram-se no mercado sexual por efeito da miséria e/ou perseguições religiosas em suas terras natais, o presente estudo enquadra-se na história dos marginalizados. Para tanto, nossa pesquisa será qualitativa e debruçar-se-á sobre fontes primárias - os recortes de jornais -, e principalmente secundárias. Para tanto, dialogamos com Henrique Samet, autor de “Poucos e Muitos: A comunidade judaica e seus desviantes na cidade do Rio de Janeiro (1850-1920)”, que contribui para uma melhor apreensão sobre a segregação e exclusão que eram direcionadas aos contraventores judeus no Rio de Janeiro, entre eles, os personagens centrais desta monografia.

Por outro lado, a obra “Baile de Máscaras: Mulheres Judias e Prostituição”, de Beatriz Kushnir, configura-se como o principal suporte de informações no que concerne à ABFRI (Associação Beneficente Funerária e Religiosa Israelita). Em relação ao contexto de vida e aos processos de imigração, o artigo de Margareth Rago “Nos Bastidores da Imigração: O Tráfico das Escravas Brancas” fornece informações relevantes para a pesquisa. Finalmente, a fim de elucidar não só a opinião de jornalistas e cultores da época, mas também conceber como se dava a investigação policial referente a tal grupo social marginal, será mobilizado o conteúdo do livro “O Lupanar: Estudo Sobre o Caftismo e a Prostituição no Rio de Janeiro”, de Francisco Ferreira da Rosa.

Em vista disso, a pesquisa será desenvolvida em dois capítulos, dentre os quais, o primeiro dissertará sobre os motivos da imigração e da opção pela prostituição das “polacas”, bem como versará quanto às condições de vida dos cafetões e das meretrizes, além de debater sobre os motivos pelo qual o mercado meretrício estrangeiro se tornara tão próspero no Brasil.

Já o segundo capítulo discorrerá acerca da marginalização destes sujeitos na cidade do Rio de Janeiro, muito influenciada pelos velhos estereótipos que rodeavam o povo judeu e também pela imprensa carioca da época, que ampliava as vozes das pessoas que se incomodavam com a presença das prostitutas nas ruas. Em conclusão, ainda no segundo capítulo, será abordada a criação da ABFRI, importante associação de ajuda mútua, originada pela união das meretrizes que

professavam a religião judaica como reação às intimações policiais, e formas de resistência e sobrevivência.

2. A TRAJETÓRIA DE UMA HISTÓRIA ESQUECIDA: QUEM SÃO ELES?

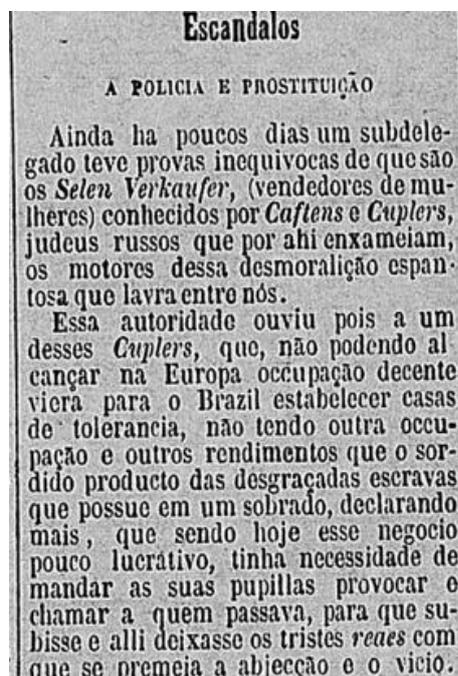
Conforme Kushnir (1996, p. 57), o ano de 1867 é considerado tanto nos relatos contemporâneos à época, como em textos históricos recentes, o marco da chegada dessas mulheres ao Brasil. No entanto, a história dessas imigrantes no Rio de Janeiro teve seu início do outro lado do atlântico, em suas terras natais.

Desse modo, este capítulo tem por objetivo compreender os motivos e as circunstâncias do envolvimento não só das meretrizes, mas também dos cafetões com o negócio da prostituição, a fim de reconhecer brevemente as condições de vida dessas pessoas, as quais na maioria das vezes são caracterizadas e generalizadas em um grupo envolto de estereótipos negativos, desconsiderando suas histórias de vida pessoais.

Para tanto, serão abordados não somente como se davam os processos de tráfico e imigração e o contexto de vida na Europa Oriental, mas também os trabalhos dos cáftens como negociadores de mulheres, a difícil situação de vida das “polacas”, bem como os motivos que levaram o Brasil a ser considerado o “eldorado” do tráfico, muito influenciado pelos valores fetichistas da elite da época.

2.1 Por trás dos processos de tráfico e imigração

Figura 2 – Recorte do jornal “O Repórter” (RJ) do ano de 1879



É o que se tem dado nos trezentos e quarenta e cinco prostibulos capitaniados por *Castens*, é uma prova veheamente da degradação a que podem chegar esses homens, se homens devemos chamar aos vampiros, que depois de sugarem o sangue á miseras mulheres, as atiram nuas, famintas e podres para as enxergas da Misericordia, como lá estão muitas, perdidas para sempre, vestindo as camisas do hospital, esperando-as o asylo dos mendigos, se a morte, por caridade, as não chamar antes!

E como essas, por ahí andam muitas subditas do poderoso Czar, cahindo aos pedaços, depois de terem sido durante alguns annos, vendidas e exploradas por diversos *castens*.

Fonte: O Repórter, 1879, p. 2.

Quando a imprensa brasileira reparou no caso das polacas, não só o repercutiu com estereótipos, mas, também, com grandes distorções que ainda permanecem no imaginário popular e até mesmo em alguns estudos superficiais sobre o tema. A ideia de que tenha ocorrido um processo de tráfico forçado e lenocínio² há de ser questionado. O fato é que se fabulou uma versão padrão e redutiva para explicar tamanha a quantidade de mulheres “desviadas”: falsas promessas de casamento enredadas por traficantes judeus acometiam estas moças, as tornando vítimas de um mercado meretrício desconhecido e sem escrúpulos. Este fenômeno, o qual perdurou por mais de um século no Brasil, não se reduzia somente a trapaça, degeneração moral e violência. Escondia em seu seio, decisões individuais incitadas por carências de todo os tipos (SAMET, 2019).

Não faltavam motivos à opção pela prostituição: muitas mulheres judias já conheciam e participavam desse meio, justificável pelos problemas sociais que enfrentavam em suas terras natais. A modernidade que atingiu a Europa Oriental não tinha as mesmas características e vultuosidade da que se ascendeu sobre a Europa Ocidental no século XIX. Estes tempos também amplificaram a pobreza urbana com um crescente número de operários que viviam na miséria (TOMÁS, 2016).

Tal modernização não significou a formação de regimes mais liberais, de uma base industrial ampla, de um embrião de sociedades de massas, nem representaram para os judeus uma ampliação mínima e gradual do acesso à educação, liberdade de movimento, empregos qualificados, aquisição de direitos de cidadania ou integração nas sociedades locais (SAMET, 2019, p. 123).

² Crime definido pela exploração do trabalho de prostitutas ou pelo incentivo à sua prática

A família tradicional passava por um processo de crise e desmembramento. Desmoronava também o ramo do pequeno comércio e artesanato nas vilas, e, como se não bastasse a tribulação que se abatia sobre essa população, eram constantes as perseguições antissemitas na Rússia czarista e na Europa: os “pogroms” (atos em massa de violência contra judeus, protestantes, eslavos e outras minorias étnicas) “levaram à expulsão dos judeus do Leste Europeu dos anos de 1880 a 1914 através das chamadas “Leis de Maio”. Os judeus eram culpados de tudo que acontecia de ruim em suas localidades e isso gerou o maior êxodo judeu desde a Inquisição” (ARAÚJO, 2016, p. 228). Esgotando-se as alternativas de vida, a Europa Oriental tornou-se um verdadeiro “reservatório de emigração” (SAMET, 2019, p. 123).

Tratavam-se de garotas pobres, sem dotes (condição que poderia lhe render um bom casamento e uma ascensão social), analfabetas, sem experiência e nem qualificação para o mundo fabril, que viviam em pequenas aldeias ou cidades de maior porte da Europa Oriental, e que só conheciam, desde cedo, o universo da fome e da miséria. Logo, em função destas condições de exclusão, optavam pela atividade do baixo meretrício, ocupação praticamente habitual naqueles lugares (KUSHNIR, 1996).

Dados de 1889, contabilizados pelo Império Russo, divulgaram que os judeus possuíam 70% das licenças dos prostíbulos existentes na região. Em 1877, constatou-se que 29% das prostitutas registradas na Cracóvia eram judias. A polícia metropolitana de Londres, a *Scotland Yard*, “investigou o tráfico de brancas em 1898 e concluiu que as moças que passavam por Londres, acompanhadas de agentes, em direção à América do Sul [...] já eram prostitutas, e viajavam em busca de melhores condições de trabalho” (KUSHNIR, 1996, p. 67). Como também afirma Margareth Rago (1991, p. 290), “a grande maioria das escravas brancas participava desse meio, conhecia suas regras e desejava ‘fazer a América’ como prostituta nos principais mercados do prazer”.

O evento das polacas não era um caso isolado, ocorreu ao mesmo tempo dos grandes deslocamentos populacionais da Europa para as Américas durante o século XIX, que englobavam outras nacionalidades. Imigrantes italianos, irlandeses, espanhóis, portugueses e outros grupos étnicos também tinham seus malfeitores e criminosos direcionados às atividades duvidosas. Era de se esperar, portanto, que isto também se passasse no meio judaico (SAMET, 2019). Concomitantemente, frente ao escândalo que os grandes contingentes de garotas imigrantes provocaram na Europa,

ocorreu o processo de regulamentação da prostituição. Em função do aumento dos casos de sífilis, foram instituídos sistemas de tolerância e controle em vários países da Europa ocidental. Sob os olhares dos entendimentos de médicos e juristas da época, a prostituição era tratada como uma doença, perversão (ARAÚJO, 2016).

Desse modo, a prostituição era considerada um “mal necessário, que devia ser regulado através de registros de identificação, [...] visitas médicas obrigatórias, internamentos forçados em hospitais quando estivessem infectadas e delimitação das zonas de prostíbulos” (TOMÁS, 2016, p. 13). Foi então que esta corrente, denominada “Regulacionista”, elaborou os Atos de Doenças Contagiosas na Grã-Bretanha, durante a metade do século XIX. Confrontando estes atos, surgiu o movimento abolicionista, que instigado por feministas, procurava legitimar o comércio considerando tais leis discriminatórias para as mulheres, visto que tratava seus corpos como fontes originárias de doenças e eximia seus clientes de qualquer culpa. Neste contexto, surgiu a expressão “*tráfico de escravas brancas*”, argumento das abolicionistas, o qual gerou um grande pânico social (ARAÚJO, 2016).

Em síntese, a noção de que o caso das polacas se resume em engano, coerção, violência e submissão, desconsidera a conjuntura complexa da vida destas pessoas, bem como a profundidade das relações entre elas. Ignorar estes fatos também gera estigma e preconceito, mantendo a posição de marginalização destes agentes históricos.

2.2 Os negociadores de mulheres: *caftens* e *cafetinas*

De acordo com o Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, “Cafetão” é o indivíduo que sobrevive à custa de prostituição; que explora o meretrício. Apesar deste ser um termo bem integrado à Língua Portuguesa, é derivado da palavra “*caften*”, que nasceu no contexto da saga das “polacas”, durante o século XIX. Uma analogia à vestimenta usada pelos traficantes, agenciadores e encarregados dos prostíbulos do período, o *caftan* ou *kaftan* era “uma túnica que chegava aos joelhos, com mangas longas e abotoada na frente, feita de lã, seda ou algodão, vestida por russos, persas, marroquinos e outros povos” (DOMINGUES, 2022). Conforme Gruman (2006, p. 89), provinham, em sua maioria, de grandes e influentes cidades europeias da época, a exemplo de Paris, Londres, Barcelona, Nápoles, Varsóvia, Viena e Odessa – cidade

a qual reuniam-se os traficantes das regiões balcânicas e, dali, dispersavam-se por vários países agenciando o próprio negócio.

Estes agenciadores organizavam-se em máfias, que possuíam diferentes nacionalidades, costumes e métodos de trabalho. Nesse sentido, convém ressaltar o trabalho de Albert Londres. O jornalista francês, através do livro “O Caminho de Buenos Aires” (1927), travou contato com duas gangues organizadas que operavam o “tráfico de brancas”: uma francesa, denominada “*maquereaux*” e outra judia, os “*polaks*”. Sobre esta última, um dos objetos principais desta monografia, “não se sabe precisamente até que ponto todos os participantes, denominados “polacos”, eram ou não judeus” (RAGO, 1989, p. 162). Recrutadores diretos, transitavam pelas aldeias pobres da Polônia, Romênia, Áustria, Rússia, entre outras localidades mais arrasadas pela miséria econômica e perseguições religiosas antissemitas.

Observando seus cotidianos, Londres constatou diferenças em seus métodos de atuação e organização. Os “*polaks*” eram mais discretos e disciplinados. Já os “*maquereaux*”, que possuíam entre 22 e 50 anos de idade, eram marcados por uma infância muito pobre e marginal, semelhantes aos jovens “apaches” da Belle Époque. Vagabundeavam pela cidade, roubavam as pessoas e zombavam da polícia. Por isso, foram classificados pelos criminologistas do período como caftens do tipo “apache”, pois eram perigosos, violentos, e eram conhecidos pela deformação facial das meretrizes que os desobedeciam (RAGO, 1989).

O método de trabalho dos rufiões franceses consistia no recrutamento de jovens operárias das periferias das cidades. Nas “portas de fábricas, escritórios, hospitais, em estações ferroviárias, em portos, iludiam essas mulheres com maravilhosas propostas de emprego” (ARAÚJO, 2016, p. 229). Ao contrário destes, os cafetões judeus penetravam nas casas de aldeias afastadas e miseráveis para fazer seus contatos e contratos. Apresentavam-se às famílias judias destas localidades como compatriotas de fé, “homens enriquecidos no comércio da América, que retornavam à aldeia natal em busca de uma esposa da mesma nacionalidade [...] e logo se insinuavam como pretendentes à mão da filha mais velha, no caso de haver outras menores” (RAGO, 1989, p. 162). Negociavam o seu “produto” com os pais, que na maioria das vezes aceitavam quaisquer propostas acreditando em condições melhores para a vida das filhas.

Conforme Londres, era muito comum que os caftens contassem com o apoio de uma “olheira”, geralmente uma “antiga e idosa habitante dos vilarejos que

lhes indicavam as jovens mais interessantes, as órfãs, as mais ingênuas ou mais atrevidas, as mais bonitas, e assim por diante” (RAGO, 1989, p. 162). Pagavam a essas senhoras uma certa quantia todos os anos em troca da prescrição de boas mercadorias: moças saudáveis e que os pais ignorantes ou desesperados pretendiam cobrar barato. Dessa forma, os importadores buscavam o matrimônio com as filhas mais velhas, na faixa dos vinte anos, e aos poucos, as cunhadas envolviam-se no mesmo tipo de vida (RAGO, 1989).

Impressionante era a aptidão de livre circulação dos caftens por toda a área geográfica que compreendia as rotas internacionais do tráfico de mulheres. A rede de solidariedade que mantinham entre si era o que garantia o complexo ofício sem muitas dificuldades.

A agilidade dos rufiões e mesmo das prostitutas ultrapassava em muito a dimensão espacial. O jornalista espantava-se com a extrema facilidade com que faziam embarcar suas “mercadorias”, burlando e confundindo as autoridades públicas, falsificando documentos, escondendo-as nos recantos mais reclusos dos navios, em porões ou entre as máquinas. Muitas vezes, casavam-se com elas para facilitar o embarque e sempre atuavam organizadamente [...] Como comerciantes especializados na venda de outras mercadorias, de peles ou joias, os rufiões mantinham absoluto controle sobre as moças durante todo o percurso da viagem, instruindo quanto às formas de conduta, conversas, silêncio, respostas, lugares onde poderiam aparecer publicamente e relacionamento com a polícia alfandegária (RAGO, 1989, p. 147).

As imigrantes embarcavam, em grande parte, com cartas falsificadas, assinadas por supostos “parentes” que teriam as convidado para trabalhar em seus estabelecimentos comerciais. Nos portos de desembarque finais, sempre havia alguém para recebê-las, pessoa que comumente alegava ser uma enviada dos tais parentes (RAGO, 1989).

Nem só figuras masculinas eram caftens, existiam também as Cafetinas: messalinas de experiência, afeiçãoadas, confidentes e sócias dos agenciadores, que angariaram uma posição mais alta naquela hierarquia. Muitas eram pensionistas, cuidavam da clientela e dos bordéis, e eram responsáveis pela instrução das novatas à libertinagem. Anna Carolina Scheler, por exemplo, foi processada pelo agenciamento de duas menores austríacas. Natural de Estrasburgo, antes de se tornar cafetina e agenciadora, desembarcou em Buenos Aires com o marido, Maurício Scheler. Interrogada pelo delegado carioca Sr. Luiz Bartholomeu da 4^o Circunscrição

policial, a meretriz contou ao agente os motivos que a levaram a ingressar neste modo de vida.

Meu marido estabeleceu-se com uma loja de fazendas, e mandou que eu fizesse vida de janela para ganhar bastante, e ajuda-lo; então eu respondi-lhe que não estava disposta a isso, e que, em tal vida, eu preferia conduzir-me sozinha, estava dispensada de ser sua companheira, e ganharia só para mim. Não chegamos a um acordo; e, então, eu vim para o Rio, de onde já saí quatro vezes para a Europa (ROSA, 1896, p. 242-243).

Sua história se cruza com as de Klara Hohn e Maria Iarosch, de respectivamente 19 e 20 anos, em Anvers, a bordo de um navio a caminho da América do Sul. Após terem sido perseguidas e assediadas por dois alemães desconhecidos num hotel em Bremen, conhecem Anna, que “lhes ofereceu colocação e amparo, propondo-se a servir-lhes de guia, em um país – o Brasil – por ela descrito como a terra das oportunidades” (MENEZES, 2017, p. 16). No entanto, o enredo segue por outra direção quando, ao chegarem no Rio de Janeiro, são conduzidas por Scheler à uma casa no centro da cidade. Ali souberam que haviam sido enganadas e que não lhes esperava nenhum emprego, exceto o da prostituição.

Chegadas ao Rio de Janeiro, desembarcaram e foram levadas para casa de Anna, em uma rua que lhe dizem chamar-se Senhor dos Passos. Anna disse-lhes que ainda não tinha serviço para lhes dar, mas que ganhariam dinheiro desde já, se quisessem. Comprou, então, para Klara uma blusa de chita cor de rosa, seis camisas, seis pares de meia, e um par de bichas ordinárias de coral, que tinha nas orelhas. À noite, colocou-a á janela, e aconselhou-a deixar-se namorar, recebendo os homens que lhe aparecessem [...] estava descontentíssima com semelhante casa, que por sua miséria fora obrigada a aceitar; e que, não tendo mais a quem dirigir-se, estava farta de se dirigir à Anna, pedindo-lhe a colocação prometida, respondendo-lhe Anna sempre que ia tratar de arranjar, mas que por ora, era preciso que ela se fosse sujeitando ali, porque tinha dívidas na casa, e precisava pagá-las (ROSA, 1896, p. 232-235).

Apesar das evidências do *cafetismo* de Anna Carolina Scheler, seu processo não foi duradouro. A mulher detinha muitas posses e uma rede de relações que, em conjunto ao seu advogado, contribuíram para inocentá-la do caso. Portanto, é notável que a relação entre esses homens e mulheres era muito mais complexa do que é comumente aferido. Da mesma forma que havia certa submissão entre as meretrizes e os caftens, haviam também figuras femininas que superaram a posição de subalternas.

Levando em consideração o ponto de vista dos proxenetes em relação às “polacas”, muitos tinham a convicção de estarem ajudando as pobres mulheres, se autodefinindo como uma figura protetora destas ao oferecerem a oportunidade de

trabalharem como prostitutas e para eles mesmos. Exerciam várias funções afim de manter seu capital: eram médicos, enfermeiros, realizavam abortos, tratavam das enfermidades de suas máquinas sexuais. Sendo assim, como elucida Albert Londres, percebiam-se como verdadeiros renovadores dessas moças “perdidas”, as empregando no caminho lucrativo da prostituição (RAGO, 1989). Por outro lado, a vida das desafortunadas imigrantes era difícil não só por causa do controle dos rufiões, mas também pela própria sociedade que dela muito explorou e abusou.

2.3 O negócio: as “polacas” e a vida difícil

O termo “polaca”, idealizado pelo romantismo do imaginário popular, remete à figura da prostituta proveniente da Europa Oriental, e não necessariamente apenas do território polonês (GRUMAN, 2006). Tal denominação, além de confundir a origem dessas mulheres, as colocam em um mesmo grupo, generalizando e desconsiderando suas histórias pessoais. No entanto, infelizmente, o destino final das imigrantes era o mesmo: o de ser apenas uma mercadoria, um negócio, mero objeto vendido (WOLNY, 2012).

Nas palavras de Anna Wolny (2012), o discurso que envolve a “polaca”, é, antes de tudo, uma sentença machista, masculina e sexualizada. Paradoxal, inclusive, pois ela peca pelo que se destaca, é excluída injustamente pelos únicos dotes e qualidades das quais lhes são reconhecidas: o mesmo charme sensual que inspira, a condena, é encantadora e, ao mesmo tempo, impura. Sua armadilha vem de berço, já que a sensualidade que a fora imposta desde o início de sua existência social abre as portas para uma falsa liberdade, na qual a mulher escraviza o próprio corpo para se libertar da condição de marginal e subalterna.

O desejo sexual que instiga a priva de seus direitos, é esteticamente apreciável, mas não aceitável moralmente. A “polaca”, então, permanece em um limbo existencial. Como bem elucida Queiroz (1975 apud WOLNY, 2012, p. 343), os estereótipos resumem sua criatura em um objeto, qualificada apenas por suprir as necessidades libidinosas do homem. Não lhe cabe o papel social de esposa e mãe, uma das obrigações mais primitivas da mulher, segundo o discurso patriarcal. De caráter híbrido, as imigrantes brancas, loiras, ruivas, de olhos claros, são exóticas, atrativas pela sua “raça”, mas também são imundas, imorais e impróprias para um papel considerado digno na sociedade (WOLNY, 2012).

Como se não bastasse, está em uma posição inferior dentro de seu próprio ofício. A “francesa”, de alta categoria e apreciação, era um exemplo a ser seguido. Segundo Robert Neumann (1941 apud RAGO, 1989, p. 150), as francesas gozavam de uma melhor condição de trabalho em relação às “polacas” no meretrício: cobravam mais caro pelo serviço e atendiam uma menor quantidade de homens. Buscavam uma ascensão social na carreira, “tornar-se uma cortesã de luxo, isto é, amante de um só fazendeiro, industrial ou rico comerciante, instalar-se num apartamento ricamente mobiliado e decorado, vestir-se luxuosamente” (RAGO, 1989, p. 150). Quanto às “polacas”, por outro lado, encontravam-se em uma situação miserável. No bairro de La Boca, na Argentina, por exemplo:

[...] eram obrigadas a vender o corpo diariamente num ritmo absolutamente *taylorizado*. Até cerca de setenta e cinco homens poderiam ser aliviados por dia, ao preço de dois pesos, enquanto que as francesas atendiam a um número bem menor por cinco ou seis pesos (RAGO, 1989, p. 153).

Indubitavelmente, frente a vários depoimentos de jornalistas da época, as prostitutas imigrantes do Oriente europeu sofriam com a extrema exploração sexual, num ritmo frenético e cruel. Por esse motivo, muitas infelizes amargaram essa situação, visto que o mercado consumidor era crescente, ao passo que a “força de trabalho” tinha uma curta duração produtiva. A relação entre os sexos possuía uma lógica mercantil, a qual representava a mulher como “força de trabalho que deve produzir lucro ao proprietário, *taylorizando* a ativação sexual de seu corpo serializado” (RAGO, 1989, p. 155).

Muito se questiona a razão do silêncio e submissão das messalinas diante de tanta penúria: por que não denunciavam às autoridades? Por que não fugiam? “Paupérrimas, muitas não desejavam retornar aos seus países originários, com medo de ter de enfrentar as antigas condições massacrantes de vida. O passado sombrio é suficientemente forte para fazer com que muitas optem por ficar” (RAGO, 1989, p. 157). Tinham esperanças de uma vida melhor, acreditavam que poderiam economizar e enriquecer no meio. Além disso, convém salientar que as mesmas se encontravam em absoluto controle dos rufiões. Enquanto muitas já vinham como prostitutas experientes ou recentes na profissão, haviam as que imaginavam encontrar outro tipo de trabalho em que pudessem adquirir alguma fortuna. “Às vezes, menores de idade, muitas vinham sem informação alguma sobre o tipo de atividade e de vida que encontrariam na América do Sul, acreditando-se amadas pelo parceiro” (RAGO, 1989,

p. 149). Sendo assim, sob a tutela dos proxenetes, essas meretrizes temiam acusá-los, já que poderiam ser ameaçadas e perseguidas após a queixa.

Em contrapartida, um importante caso de exceção pode ser verificado em 22/04/1880, quando a prostituta Klara Adam publicou no jornal carioca “Gazeta de Notícias” sua trajetória com o caften Siegmond Richer, denunciando o processo de tráfico, a violência, e as condições sociais daquele meio.

[...] Saiba o público que em 1878 vivia eu em Brieg, na Prússia, em casa de meus queridos pais. Pobre, mas honrada, fui contratada por Siegmond Richer e sua mulher Augusta Joana ou Leonor Jacobowitz, para vir trabalhar como costureira numa loja de modas que eles diziam possuir no Brasil, assegurando-me que, com o meu trabalho assíduo e honesto, tiraria grandes lucros, faria fortuna, podendo casar-me e ser muito feliz. Assim, acreditando na seriedade de tais promessas [...], parti em companhia de Siegmond e de sua mulher para Marselha, onde devíamos esperar o pacote para o Brasil. Mas em Marselha, aguardava-me a mais terrível das desgraças. No hotel, para onde fomos, achavam-se diferentes caftens também esperando o pacote, e entre eles José Catze foi o escolhido por Siegmond para perder-me, e uma noite, com um poderoso narcótico, fui miseravelmente desonrada por este infame, [...]. Por longos treze meses manteve Siegmond Richer naquele prostíbulo, maltratando-me, dando-me só o estritamente necessário para vestir, alimentando-me mal, tratando-me ele mesmo das enfermidades para não gastar em médico e botica, não me deixando nunca sair à rua; enfim, tendo-me como escrava, e fazendo-me tremer ante suas ameaças e pancadaria quando eu não acedia ao convite de criaturas repugnantes [...] (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1880, p. 2).

Divergindo de Klara Adam, dificilmente a maioria das prostitutas procuravam as autoridades públicas nestas condições. Sobre isso, Rago (1989, p. 177) pontua que os vínculos de dependência que se estabeleciam entre eles eram acentuados tanto do ponto de vista material, referente ao fornecimento de alimentação, venda de roupas e joias - que elas deveriam pagar em prestações - quanto do aspecto espiritual, no que consiste na garantia da morte de acordo com o ritual israelita.

A aflição se estendia desde o embarque até o ponto de chegada. Quando as “polacas” chegavam ao Rio de Janeiro, por exemplo, eram conduzidas às “casas de aprendizagem”: pequenos bordéis estabelecidos em sobrados na Rua da Carioca, Rua Sete de Setembro, Praça da Constituição, entre outras localidades. Estes conventilhos abrigavam mais de duas moças, que lá permaneciam de 8 a 15 dias, período no qual recebiam instruções e a supervisão de uma alcoviteira (REIS, 1879 apud SOARES, 1992). Após instruídas, as “aprendizes” eram postas às janelas ou vendidas. Eram obrigadas, ainda, a entregar aos seus patrões determinadas quantias

de dinheiro por dia e muitas eram agredidas quando não cumpriam com o estipulado (SAMET, 2019). De qualquer modo, é inegável a intensidade da violência e dominação que os caftens exerciam sobre as “polacas”. A comercialização exacerbada do corpo feminino verificava-se também nos “leilões”, que eram promovidos após a embarcação das imigrantes em estabelecimentos comerciais frequentados pelos donos de bordéis e compradores interessados, onde se exibiam as mulheres feito gado. Improváveis eram as possibilidades de saída: quem se interessaria pela sorte de meretrizes pobres e estrangeiras?

De fato, é notável que a *Belle Époque*, retratada no subcapítulo seguinte, não possuía nada de belo. Ao conceber o mundo da prostituição de luxo, idealizou também todos os estereótipos negativos da “polaca”, reduzindo estas mulheres ao estéreo mais miserável do imigrante e desconsiderando suas verdadeiras e dignas histórias. Dessa maneira, muitas jovens, iludidas ou não, tiveram seus sonhos sepultados por uma sociedade vampiresca que usufruía apenas do exotismo de seus corpos. A nova sociedade - considerada por muitos - civilizada, valorosa, elegante e extraordinária, excluiu e marginalizou o seu próprio produto.

2.4 O “eldorado do tráfico”

A saga das “polacas” não resultou apenas das péssimas condições de vida das moças judias no leste europeu e nem do enredo dos caftens. O sucesso da prostituição estrangeira no Brasil é decorrente de vários fatores, que foram responsáveis por afamarem o país como o “eldorado do tráfico” (KUSHNIR, 1996).

Em meados do século XIX, o Brasil passou a investir em uma política de atração de imigrantes, como uma alternativa ao braço escravo, após a abolição do tráfico e a promulgação da Lei de Terras. A partir de 1850, desembarcaram no país muitos trabalhadores europeus e orientais. Já no fim dos anos 1860, “o governo passou a financiar a vinda de imigrantes europeus [...] medida que, segundo a lógica dos governantes, traria “novo benefício”, como o branqueamento da população, apregoado pelas teorias científicas da época” (SCHWARCZ, p. 229).

Nesse contexto, havia um grande desequilíbrio entre o número de homens e mulheres, uma vez que, inicialmente, a imigração contava com uma quantidade crescente de homens solteiros. A prostituição estrangeira, por outro lado, já era presente no Rio de Janeiro desde o início do século XIX, onde se encontravam

prostitutas portuguesas advindas tanto do continente, como de Açores e Madeira, e também escravas de ganho (KUSHNIR, 1996).

A diversidade de nacionalidades envolvidas com a atividade do meretrício surgiu simultaneamente ao fenômeno da Belle Époque no final do século XIX e início do XX, período em que emerge a prostituição de luxo, muito influenciada pelo fetichismo dos ideais franceses (ARAÚJO, 2016). Vivenciando um acentuado processo de modernização, desenvolvimento econômico e crescimento demográfico, a cidade do Rio de Janeiro, assim como São Paulo e Buenos Aires, passa a se interessar por novas formas de consumo sexual (RAGO, 1989). Consolidou-se na capital uma nova aristocracia que, ligada à atividade cafeeira, expandiu os lazeres noturnos.

De acordo com Jeffrey Needell (2002), a França foi uma enorme referência, se não ainda, a maior tendência cultural e social da época, influenciando também o fetichismo dos valores aristocráticos europeus na elite carioca do século XIX. Todo o tipo de arte brasileira foi penetrado pelas inspirações daquele continente, desde a música, moda, arquitetura, pintura, literatura, bem como o comportamento, os valores e as atitudes. Do mesmo modo, mulheres europeias também eram *fetichizadas* e vistas como mercadoria, gerando um fascínio nos homens de famílias abastadas (ARAÚJO, 2016).

Tanto as francesas quanto as polacas eram exóticas, e, no entanto, sua classificação era óbvia para a carioca – a questão não era o sexo com mulheres brancas, nem tampouco com alguém exótico ao mundo português, mas, sim, com mulheres que tinham cachê francês. As polacas eram mercadorias destinadas aos setores mais pobres da classe média e aos marinheiros; as francesas eram mercadorias de elite (NEDELL, 1988, p. 53).

Como também afirma Marcelo Gruman (2006, p. 84) foi nesse contexto que várias prostitutas estrangeiras passaram a disputar o espaço dos grandes centros urbanos. De diferentes categorias e preços, a atividade crescia na mesma velocidade que estas cidades. Surge a hierarquia no meio meretrício, na qual a francesa se torna um símbolo da modernidade e do refinamento dos costumes. Iniciar-se sexualmente pelas mãos de uma francesa ou qualquer outra mulher que representasse essa cultura tida como superior, era como abrir as portas para um padrão de vida mais moderno e requintado.

O prazer a ser encontrado deveria ter o estilo francês, seu estilo de vida, de preferência na companhia de prostitutas bem vestidas, adornadas com joias e brancas. A vestimenta refletia as crenças, valores e aspirações que

habitavam o imaginário social daqueles que queriam ser modernos. O Brasil da Belle Époque era uma sociedade que buscava acabar com a imagem de uma nação habitada por indivíduos de origem indígena ou africana (GRUMAN, 2006, p. 85).

Outro fator que facilitava a expansão do mercado meretrício no Rio de Janeiro era o caráter das leis, nas quais eram muito tenras em função da corrupção nos meios políticos e policiais, que permitiam a entrada ilegal de imigrantes e não reprimiam as atividades do *caftismo* tanto quanto necessário (KUSHNIR, 1996). Não por acaso, muitos caftens ficaram conhecidos na cidade do Rio de Janeiro, e suas diferentes tramas revelavam não só a escassa fiscalização sobre esse meio na época, como também a importância de suas relações de apoio e camaradagem.

Frequentemente, rufiões abriam várias charutarias em nome de mulheres, afim de legalizarem as casas de prostituição ali encobertas em ruas ocupadas por famílias, o que ofendia a moral pública. Alugavam casas e as transformavam em prostíbulos, sempre utilizando nomes falsos para confundir a polícia. Possuíam, ainda, fundos de reserva que utilizavam para o amparo daqueles que eram perseguidos pelas autoridades (SAMET, 2019). Diversos trabalhos de investigação de cunho jurídico, policial e político, em relação a estes personagens, foram realizados no Rio de Janeiro. Francisco Ferreira da Rosa, jornalista e historiador da época, “nomeia e relata um pequeno histórico das principais figuras ligadas à prostituição estrangeira na cidade. A partir deste mapeamento, a ação desenvolvida pelo chefe de polícia Dr. Tito Mattos visava compreender as regras daquele espaço” (KUSHNIR, 1996, p. 86). Nesse sentido, alguns nomes do ramo do meretrício internacional tiveram destaque e reconhecimento no Rio de Janeiro.

Siegmund Richer, o “protetor dos *caftens*”, era austríaco, naturalizado brasileiro, e chegou ao país em 1871, tendo passado antes pela Inglaterra, França, Itália, Índia e Argentina. Fora expulso de Alexandria junto à sua mulher, Vera Zalikoff, pela prática do *caftismo* (KUSHNIR, 1996). No Brasil, se passava por negociante de joias, e casou-se com várias polacas prostituídas. André Goldmann também era um *caften* conhecido na capital. Veio de Buenos Aires com sua mulher Elisa, também judia, que administrava uma casa de aprendizagem na Rua São Francisco de Assis, como pensionista e alcoviteira. Ambos viviam do ramo da prostituição, assim como Herman Moscovitz (figura 3), que possuía uma charutaria em Buenos Aires, e, no Rio de Janeiro, se passava por vendedor de chapéis na Rua Uruguaiana.

Figura 3 – Cartão da Charutaria de Hermann Moscovitz, em Buenos Aires



Fonte: ROSA, 1896, p. 93.

No entanto, foi revelado pelo delegado que o romeno vivia do trabalho de sua mulher, Rosa Frenna, prostituta austríaca que atuava em um sobrado da rua Praça Tiradentes (ROSA, 1896). Outro caso apreendido pela polícia foi o de Lazaro Schwartz e Victoria Veiss. Dr. Raymundo Bello, deputado do Rio de Janeiro, seduziu-se pelos encantos de Victoria, que o convenceu a montar uma casa vultosa com promessas de uma vida matrimonial. Porém, após ser consumado o imóvel e todos os seus arranjos, não encontrou mais Victória e nem a mobília ali investida. Foi informado de que a mulher teria partido para Buenos Aires com todo o apetrecho que havia comprado. De acordo com as autoridades, o político era a quinta ou a sexta vítima que a messalina, em conjunto de seu *caften* Lazaro Schwartz, havia tramado furto (ROSA, 1896).

Todavia, o *caften* mais sagaz e que fora investigado por Tito Mattos, era Isidoro Klopper. Conhecido como o “chefe dos *caftens*”, o austríaco intitulava-se negociante ambulante de joias, mas “travara relações estrategicamente amistosas com pessoas influentes na burocracia e na política, por meio de Annita Rubinstein, sua escrava (meretriz)” (ROSA, 1896, p. 129). Por meio de encontros envolvendo sua formosa prostituta e companheira com deputados, ricos comerciantes, advogados influentes, jornalistas e militares de ótimo escalão, Klopper (figura 4) conquistou não só o título oficial de alferes na Guarda Nacional, mas também uma boa posição na maçonaria (ROSA, 1896).

Figura 4 – Isidoro Klopper, chefe dos *caftens*



Fonte: ROSA, 1896, p. 28-2.

Era muito comum, inclusive, que *caftens* como Isidoro angariassem tais posições e transitassem em espaços de notoriedade.

Todos os *caftens*, procurando sorrateiramente apoio e boas relações, conseguiram embarafustar pela maçonaria brasileira [...] é uma de suas maiores preocupações transpor umbrais de casas decentes, introduzir-se em grêmios acreditados, pertencer a clubs de importância; ali iludem por suas maneiras cautelosamente ensaiadas, atraem a simpatia dos encantos, recomendam-se como serviçais, e preparam terreno para obter grandes resultados em momentos oportunos (ROSA, 1896, p. 130).

Entretanto, tais postos de importância encobriam o verdadeiro ofício destes judeus. Klopper, por exemplo, era muito conhecido no meio meretrício: possuía um prostíbulo em São Paulo, o “Hotel Rosas”, no qual abrigava várias prostitutas estrangeiras (ROSA, 1896, p. 143). Possuía também, casa semelhante em Montevideú e seu nome sempre estava envolvido em inimizades e conflitos entre polacas e *caftens* inimigos.

Com efeito, apenas após a fama das meretrizes estrangeiras na cidade que a polícia do Rio de Janeiro começou a sistematizar campanhas contra o fato, o qual se tornou um escândalo diário nos jornais, pois ofendia a moral pública. Dessa forma, serão retratados, no próximo capítulo, o combate policial contra o meretrício

estrangeiro na capital do Brasil do século XIX, bem como a opinião pública acerca da saga das “polacas”, marcada por preconceitos, sobretudo quanto à religião judaica.

3 SOB O MANTO DA MARGINALIDADE E EXCLUSÃO

Os valores e princípios conservadores, cultivados pela população do Rio de Janeiro entre o fim do século XIX e até a metade do século XX, impactaram diretamente na trajetória das “polacas”. A modernização da capital intensificou ainda mais a hostilidade contra todos os envolvidos com o baixo meretrício, que passaram a incomodar as famílias e os transeuntes, agora mais frequentes nas ruas e bondes.

Não havia espaço para a população civilizada e aqueles considerados responsáveis pela corrupção da moral e dos bons costumes: era necessária uma limpeza na cidade do Rio de Janeiro. Pedidos de expulsão dessas comunidades preenchiam diariamente as crônicas policiais dos jornais, os quais se referiam às prostitutas e cafetões com muito exagero, escândalo e discriminação em relação às suas origens semitas. Após uma série de reformas urbanas, geridas por Pereira Passos, entre os anos de 1902 e 1906, muitas meretrizes foram intimadas a deixarem seus espaços. Sem terem para onde ir ou a quem recorrer, a situação de extrema marginalização contribuiu para a criação de uma importante sociedade de ajuda-mútua e solidariedade entre as prostitutas imigrantes de origem judaica: a Associação Beneficente Funerária e Religiosa Israelita (ABFRI).

Desse modo, este capítulo tem por objetivo não só compreender minimamente a origem dos discursos estereotipados que a sociedade carioca cultivou sobre essas pessoas, mas também perceber a importância da imprensa nesse processo de exclusão, além de outros fatores que contribuíram para a marginalização direta da comunidade judaica desviante. Além disso, conhecer brevemente a trajetória de uma entidade baseada na solidariedade, a qual permitiu que estes homens e mulheres permanecessem existindo e exercitando suas identidades.

3.1 Antissemitismo e preconceito

O antissemitismo convencional de cunho religioso deu espaço, há muito tempo, à discriminação e *diabolização* do povo judeu. Conforme Vieira (2019), as diferentes interpretações que se faziam acerca de Jesus, seus ensinamentos e as consequentes interfaces destes com as questões políticas, inviabilizaram uma coexistência pacífica entre o cristianismo e o judaísmo. Algumas passagens do Novo

Testamento, utilizadas por muitos Cristãos e líderes políticos, contribuíram para sua emergência.

No que concerne a teoria da traição, dentre outras passagens, 1 Tessalonicenses 2:15 e Mateus 27:24 e 25, são elucidativas. Na primeira, Paulo e Timóteo, em carta enviada aos gregos cristãos da Tessalônica, salientam que eles deveriam se preparar para a opressão de opositores da nova fé cristã, a exemplo daqueles "judeus que mataram o Senhor Jesus, que" os "perseguraram, que não são do agrado de Deus" e "que são inimigos de todos os homens" [...] talvez nenhuma outra seja tão significativa quanto a contida em João 8: 44 e 45. Segundo o conteúdo desta passagem, durante uma pregação no Monte das Oliveiras, Jesus, após algumas contestações de um grupo de judeus, teria os repreendidos dizendo: "vós tendes como pai o demônio e queres fazer o desejo de vosso pai" e " a verdade não está nele [...]. Mas eu, porque vos digo a verdade, não me credes". (VIEIRA, 2019, p. 4)

Desse modo, a fé vinda de outro Messias e a acusação de terem colaborado com a morte de Jesus, contribuíram para que os judeus passassem a sofrer com o preconceito e a perseguição dos seguidores da nova fé cristã na Europa, entre os séculos I e II, se tornando ainda mais latente no século IV, quando esta foi institucionalizada como religião. Tomados por muitos cristãos como pessoas más e indignas de confiança, ao negarem a divindade de Cristo e não atribuírem a possibilidade de salvação a partir dele, os judeus foram acometidos pelos mais negativos atributos (VIEIRA, 2019).

Ainda que a existência da prostituição já fosse reconhecida e condenada no Antigo Testamento e nos livros sagrados subsequentes, a aparição do fenômeno das *polacas* resultou em "novos estereótipos, que se mascararam de um moralismo, cobrando dos judeus padrões extremos e inusuais de retidão" (SAMET, 2019, p. 117). O surgimento sistemático de milhares de moças "desviadas" e agenciadores de mulheres foi um completo choque para as lideranças comunitárias judaicas que, em meados do século XIX, sintetizaram um código de conduta o qual estigmatizava e excluía os *cáftens* e as prostitutas não só das atividades comunitárias, como também da morte (SAMET, 2019).

Tidos como impuros na vida, foram proibidos seus funerais nos cemitérios comunais. A rejeição destes em instituições e atividades no meio judaico logo se transformou em um silêncio, na tentativa constante de apagar sua existência. Tratar do assunto era inconveniente, uma falsa justificativa de não vexar e constranger seus descendentes, embora houvesse, nas conversas informais, boatos e fofocas sobre as *polacas* (SAMET, 2019). O fato é que se exigia e expectava muito deste segmento

étnico, mais do que qualquer outro. “A presença de desviantes tornava os estigmas historicamente presentes em relação aos judeus ainda mais pesados [...] traziam prejuízos ao bom nome de judeus estabelecidos em diferentes países e regiões” (SAMET, 2019, p. 125). Muitos imigrantes judeus vieram para o Brasil em unidades familiares completas, o que colaborava para a recusa da participação de prostitutas e cafetões judeus em questões sociais e religiosas (LESSER, 1995).

Por outro lado, a situação caótica também gerou enorme preocupação na elite em relação à “higiene moral”, expressas em ataques contra a prostituição entre os setores mais pobres da classe média, ou seja, a clientela das prostitutas judias.

Logo a imprensa popular e os "intelectuais" antissemitas, jogando com a visão cristã tradicional do judaísmo como uma religião de ritual e não de moralidade, criaram uma imagem que associava a prostituição e a decadência moral ao imigrante judeu. Um dos melhores exemplos disso foi a série sobre prostituição de Francisco Ferreira da Rosa para o jornal popular carioca O Paiz, mais tarde usada como base para seu livro O lupanar: Estudo sobre o cafetismo e a prostituição no Rio de Janeiro, publicado em 1896. Superficialmente, O lupanar era simplesmente um apelo para a "limpeza moral do Rio de Janeiro" que seria conduzida protegendo mulheres inocentes de proxenetas prejudiciais (LESSER, 1995, p. 34).

Apesar de a obra de Francisco Ferreira da Rosa retratar informações pertinentes acerca do fenômeno das *polacas* no Rio de Janeiro, uma vez que fora redigida com base nas investigações do delegado Luiz Bartholomeu de Souza e Silva, o antissemitismo exacerbado, por parte do autor, está presente em cada página do documento. O jornalista vincula a figura do *caften* ao judeu de forma tendenciosa e discriminatória, mas se tornou referência no assunto, dado que o livro permite ao leitor o contato com o depoimento de homens e mulheres que passaram pela delegacia da 4ª circunscrição urbana (MENEZES, 2017).

Logo ao início da obra, Rosa esclarece que “o *caften*, de ordinário, é um israelita, é um judeu” (ROSA, 1896, p. 13). Dentre vários comentários maledicentes sobre este povo, exprime que “dessa raça hoje, portanto, decadente, brote um ramo degenerado, para constituir o *caften* que assola as cidades sul americanas, principalmente o nosso belo Rio de Janeiro” (ROSA, 1896, p. 18). Desta maneira, Francisco Ferreira da Rosa, ao deparar-se com a figura do *caften*, caracteriza o judaísmo como uma raça degenerada, decadente de moralidade, na qual o dinheiro se encontra acima do caráter. Além disso, como menciona Lesser (1995) relativo à O

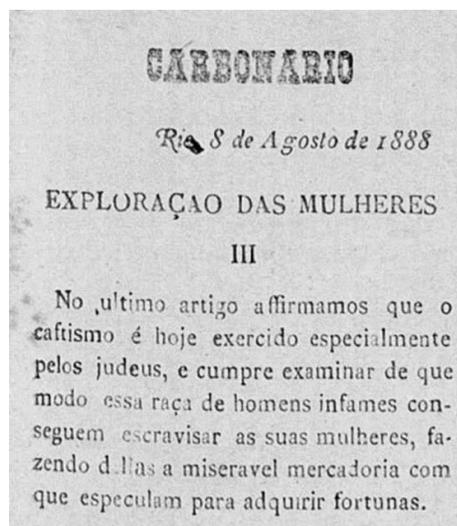
lupanar, praticamente todas as pessoas mencionadas são judias e praticamente todos os estereótipos antissemitas são expostos

Asqueroso produto da degeneração humana! O *caften* é o indivíduo que escraviza mulheres neste fim do século XIX! O *caften* é o homem que vive ocioso, traficando comodamente com a moça ignorante que vai arrancar ao seio da culta Europa. O *caften* é o miserável que explora a crápula, assoalha o vício, empunha a chibata e arranca sangue e ouro da carne das mulheres sujeitas ao seu senhorio. O *caften* é o tipo que representa a mais ultrajante afronta do último dos judeus à moderna sociedade (ROSA, 1896, p. 18-19).

Clímaco dos Reis, no entanto, foi o pioneiro nas discussões sobre o tráfico. O jornalista português assumiu, em 1879, protagonismo no assunto, afirmando que fora ele a primeira testemunha denunciante dos *caftens* judeus (SAMET, 2019). Amigo íntimo de Felix da Rocha, delegado encarregado da trama na época, “buscou revelar às autoridades brasileiras as características, as estratégias e as rotas do tráfico direcionado para o Rio de Janeiro” (MENEZES, 2017, p. 23). Reis não só foi responsável pelo mapeamento do universo dos *caftens* da cidade, mas também influenciou a opinião pública por meio de sua participação em folhetins, jornais e teatros.

Órgãos de imprensa foram também agentes motivadores de pestilentos estereótipos contra os judeus. Jornais - como “O Carbonário” e “Gazeta da Noite” - tratavam do assunto com escândalo e generalizações do termo judeu com qualidades negativas (SAMET, 2019).

Figura 5 – Recorte do Jornal “O Carbonário” (RJ) do ano de 1888

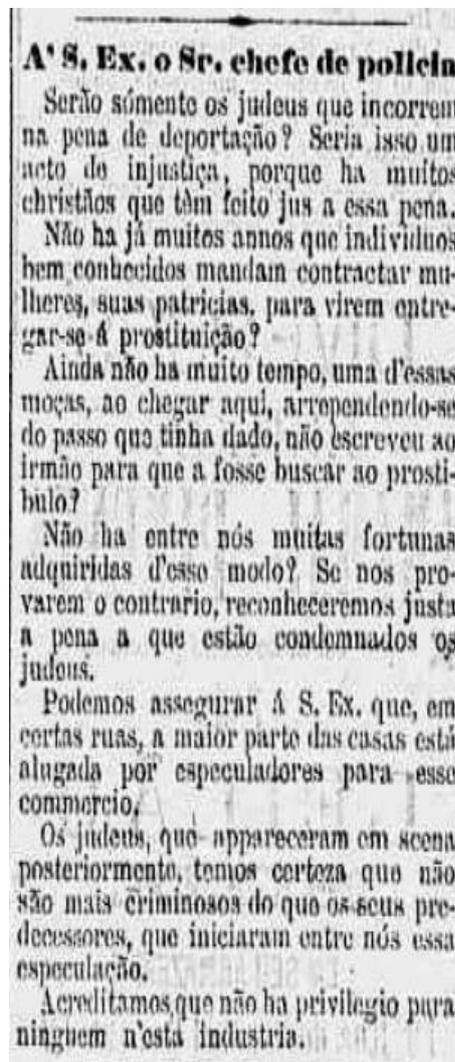


Fonte: O Carbonário, 8 de agosto de 1888, p. 1.

O imaginário da época associava o espaço da prostituição e a existência das prostitutas judias, “talvez pelo exótico que as *polacas* representavam, talvez pela ideia de um tráfico de mulheres entre os membros da comunidade judaica” (KUSHNIR, 1996, p. 84-85). Sendo assim, tal pensamento excluía outras nacionalidades que exploravam o mesmo “comércio”, atribuindo aos judeus exclusividade na atividade do meretrício.

Outrossim, é válido ressaltar que haviam outras máfias de nacionalidades, culturas e religiões distintas que também eram inclinadas a negócios problemáticos e horrendos aos olhos da moral da época. Todavia, poucas vezes contrapontos eram apresentados nos folhetos, evidenciando, assim, que as narrativas virulentas sobre o assunto eram tendenciosas e lesavam apenas os de origem e cultura semita.

Figura 6 – Recorte do Jornal “A Gazeta de Notícias” (RJ) do ano de 1879



Abriu o Sr. delogado o Inquerito contra quem? Contra os judeus. Mas ignora a policia que além d'estes, outros individuos de diversas nacionalidades existem que tambem *negociam* com o mesmo genero?

Não acreditamos. Ou entende o 3º delogado, que o que é vedado para uns, deveser permittido a outros?

Parecia-nos, pois, que o procedimento do Dr. deloga lo, não devia ser parcial, isto é, destinado só aos judeus, e sim ser igual, abrangendo todos os *miseráveis* que especulam com tão abjecto commercio.

Fonte: A Gazeta de Notícias, 13 de setembro de 1879, p. 3.

Portanto, de acordo com Henrique Samet (2019), é notável que o senso comum daquele período dificultava uma diferenciação, particularização e segmentação da população judaica. O imaginário já estereotipado, ao confrontar um segmento judaico considerado desviante, tornou custosa a tarefa de dissociar um do outro diante dos diversos discursos generalistas que associavam judeus a *caftens*. No ano de 1879, período de repressão aos *caftens*, não houve, por parte da imprensa, a iniciativa e a cautela de distinguir os setores judaicos afim de estabelecer as devidas proporcionalidades.

3.2 A reação comunitária do Rio de Janeiro: a limpeza moral

Assim como afirma Samet (2019), foi na República que a imagem negativa dos judeus se intensificou ainda mais. A presença odiosa das “polacas” e seus cafetões aparecia com mais frequência nas crônicas policiais diárias, uma vez que a chegada da modernidade na cidade do Rio de Janeiro mudou o nível de tolerância contra esses imigrantes: pedia-se à polícia sua expulsão.

À medida que novos meios de transportes coletivos eram implantados (principalmente linhas de bonde), os espaços no centro comercial se valorizaram e aumentaram neles os constrangimentos dos passantes, viajantes, comerciantes ou residentes locais com a visibilidade destoante do meretrício. Negociantes e residentes elaboravam petições à polícia contra o comportamento de meretrizes, entre as quais as polacas, pedindo sua erradicação (SAMET, 2019, p. 178).

Não havia mais espaço para a convivência entre as famílias e os elementos sociais considerados impuros. Desde 1889, muitas denúncias anônimas figuraram as páginas de jornais, criticando o vocabulário das prostitutas, as “cenas indecentes”, entre outras inconveniências (SAMET, 2019). Jornais como *A Gazeta de Notícias* e *O Carbonário* enfatizavam constantemente o comportamento agressivo das meretrizes, as quais, de acordo com as descrições destes noticiários, atreviam-se de forma exagerada para conquistar clientes.

A manchete denominada “Escândalo e mais escândalo” publicada em *A Gazeta de Notícias* do dia 2 de março de 1879, por exemplo, faz um apelo ao Ministro da Justiça e ao chefe de polícia sobre a situação caótica que é descrita de forma anônima. De acordo com o autor não identificado, as ruas mais frequentadas da capital (Uruguayana, Sete de Setembro, Constituição, Carioca, Gonçalves Dias, Guarda-Velha, Ajuda, Theatro, Assembléa, Espírito-Santo, travessa de São Francisco, entre outras) estavam repletas de mulheres seminuas nas portas e janelas, que atacavam e arrastavam para dentro das casas os homens que ali passavam (*A Gazeta de Notícias*, 1879). Além disso, o autor do texto culpabiliza as prostitutas e os cafetões pelo crescimento da criminalidade na cidade, responsabilizando-os também pelos “atos vergonhosos”, que impediam os “homens moralizados e especialmente as famílias” de passarem pelas ruas e pelos *bonds* sem serem “insultados por esses quadros nefandos” (Figura 7).

Figura 7 – Recorte do Jornal “A Gazeta de Notícias” (RJ) do ano de 1879

Escandalo e mais escandalo

AOS EXMS. SRS. MINISTRO DA JUSTIÇA E
CHEFE DE POLICIA

Quem diariamente transitar pelas ruas d'esta grande capital, principalmente pelas que são mais frequentadas, como sejam: Uruguayana, Sete de Setembro, Constituição, Carioca, Gonçalves Dias, Guarda-Velha, Ajuda, Theatro, Assembléa, Espírito-Santo, travessa de S. Francisco e outras, passa ante o desenfreado cynismo d'essas mulheres, que, com descaro inaudito afrontam sinuadas o pudor publico, de suas janellas e portas, onde chegam ao ponto de atacarem e arrastarem para dentro os homens que passam, sem o menor caso da lei nem da auctoridade!

É tudo porque? Sómente para por tal modo adquirirem dinheiro, sem de suciar a ganancia de certos individuos estrangeiros que vadiam sem occupação alguma licita, e vivem do commercio infame d'essas pobres victimas, de quem se dizem senhores, livrando-se ellas com o dinheiro que lhes dão de barbaros espancamentos.

Na policia existe um inquerito em que está plenamente provado que esses vagabundos vendem como suas escravas essas mulheres a outros mercadores do mesmo genero, a quem ellas ficam servindo como taes; e, no entretanto nenhuma providencia se tem dado contra esses vandalos e ociosos!

Por essa razão tem a população da cidade do Rio de Janeiro presenciado os assassinatos os mais terriveis e espantosos—Como fossem—o acontecido na rua da Uruguayana,—o acontecido na rua do Passeio Publico e outros muitos acompanhados de roubos e actos vergonhosos.

Por essa razão viu-se ainda ha poucos dias o escandalosissimo facto da *Travessa de S. Francisco*, em que dois d'esses saltadores lançaram á rua um pobre incauta em camisa, por não se deixar roubar.

Os homens moralizados e especialmente as familias, já não podem passar pelas ruas, ainda mesmo nos *bonds*, para não serem insultados por esses quadros nefandos.

As auctoridades devem a exemplo, já não dizemos das cidades europeas, onde esses *cancers* são summamente punidos, mas sim de *Buenos-Ayres* e *Montevideo* que não consentem essas *arpías* alli pou-sarem, perseguindo-as com severidade e sem treguas.

Carioca VII.

O meretrício popular praticado pelas “polacas”, vivia de uma clientela muitas vezes truculenta: muitos membros das forças armadas frequentavam estas casas e envolviam-se em brigas com a polícia, motivadas não só pela bebedeira, mas também por rivalidades pessoais, corporativas e políticas (SAMET, 2019). Dessa forma, os que frequentavam tais espaços também eram uma afronta aos “bons costumes” e perturbavam a ordem pública.

Por outro lado, deve se considerar o fato de que havia uma valorização mercantil no centro da cidade do Rio de Janeiro. Sobre essa questão, Kushnir aborda que “a prostituição incomodava por ocupar uma área valorizada do ponto de vista imobiliário. Assim, presenciavam-se acirradas campanhas na imprensa — *Gazeta de Notícias*, *O Paiz* e *A Noite* — de combate ao caftismo” (KUSHNIR, p. 85). As prostitutas não eram nem mesmo consultadas em relação aos locais de suas atividades, mas sim controladas, dado que “eram vistas pela polícia e por grande parte da imprensa como uma ameaça potencial à ordem, pois pretensamente transgrediam e subvertiam os códigos morais dominantes” (SAMET, 2019, p. 180). Portanto, frente a este panorama, o direito de livre locomoção e residência dessas mulheres não eram totalmente garantidos, ao passo que a polícia e as decisões judiciais iam restringindo seus espaços aos poucos, de tal forma que, na década de 1920, já se encontravam restritas à poucas áreas da cidade (BRETAS, 1997, apud SAMET, 2019).

Em 1896, na gestão de Prudente de Moraes, oficializa-se uma ofensiva direta de desocupação do baixo meretrício:

[...] se produziu uma campanha unindo o jornalista Ferreira da Rosa, órgãos de imprensa como *O Paiz* e *Cidade do Rio*, este dirigido por José do Patrocínio e o delegado Luiz Bartholomeu de Souza e Silva, da 4ª Circunscrição Policial Urbana, nomeando para o cargo em setembro de 1895. O intuito do delegado era remover o baixo meretrício de certas partes do centro da cidade, como as das ruas Sete de Setembro, Carioca, Senhor dos Passos e Praça Tiradentes, através de sucessivas intimações às prostitutas e proprietárias de bordéis para desocuparem suas locações sem dar-lhes alternativas aonde pudessem migrar. O pretexto para a remoção era a necessidade de evitar o constrangimento dos passageiros das linhas de bonde, e a justificação legal era o Decreto nº 7, que permitia que ofensores da moral pública e bons costumes fossem abordados, conduzidos à dependência policial e apresentados às autoridades para estas tomarem conhecimento do fato. Do Código de Posturas Municipal, citava-se a Seção segunda, título IV, parágrafo 3, sobre gestos, palavras e atitudes ofensivas à moral pública com previsão de multa e prisão por oito dias caso não fosse paga (SAMET, 2019, p. 198-199).

Muitos cáftens e prostitutas foram presos por não acatarem as intimações. Bordéis foram esvaziados, e em 28 de abril do mesmo ano, já haviam um total de 34

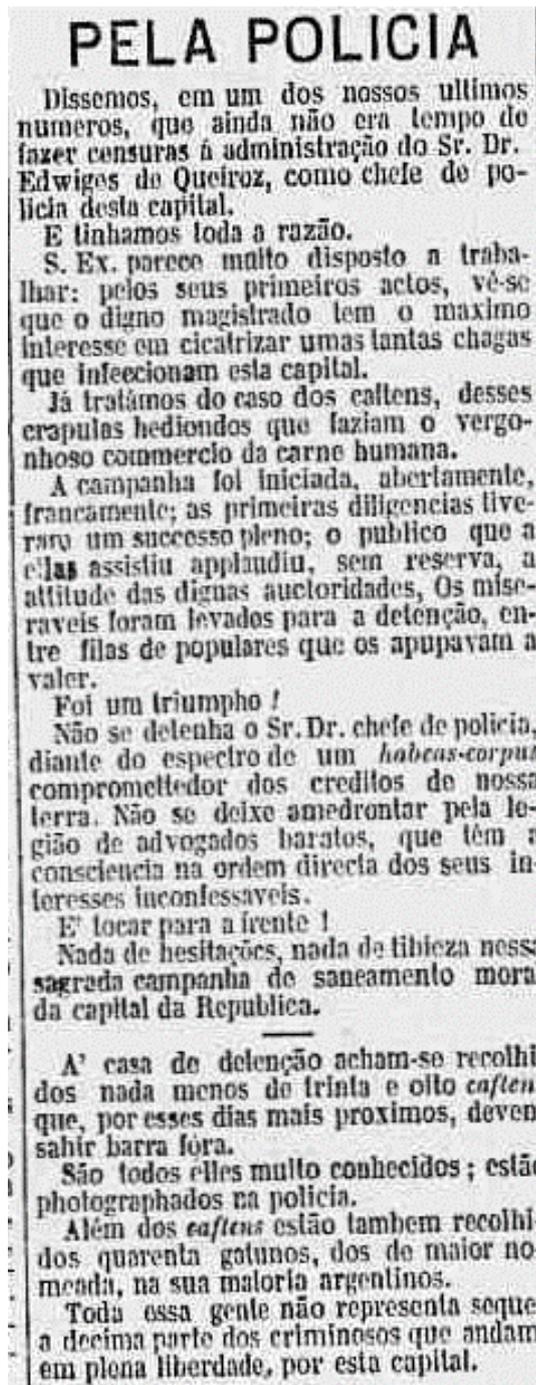
casas desocupadas na rua Senhor dos Passos. Muitas messalinas prejudicadas procuraram advogados, à exemplo de Eugênia, austríaca, que fez um pedido de *habeas-corpus* à Evaristo de Moraes, que, após concedê-la, incitou novas petições e duras críticas da imprensa (SAMET, 2019).

O movimento de expulsão de cáftens e prostitutas se deu em “meio a um contexto político no qual florianistas, jacobinos e positivistas levaram a cabo forte a propaganda xenófoba” (SAMET, 2019, p. 202). Foi arquitetado um grande alarmismo social contra estrangeiros, tidos como culpados pelos males e vícios do Rio de Janeiro. Era necessário, mais do que nunca, um saneamento moral da cidade, viabilizado pela expulsão e deportação dos imigrantes envolvidos com o baixo meretrício.

Abordagem semelhante se dava desde os anos finais do Império, em que não só os cáftens e as prostitutas se tornaram os principais suspeitos, como também toda a comunidade judaica residente do Rio, dado que “a documentação examinada revela uma quantidade considerável de “erros” de avaliação policial, que tornaram suspeitos e indesejáveis muitos judeus que nada tinham com o negócio de lenocínio” (SAMET, 2019, p. 162). Judeus praticantes das mesmas atividades tipicamente declaradas por cáftens, como joalheiros, donos de charutarias, vendedores ambulantes, entre outros, eram constantemente perseguidos pela polícia e encontravam muitas dificuldades para a naturalização: nos anos de 1880 e 1886, por exemplo, foi proibida a concessão de naturalização a judeus marroquinos (SAMET, 2019).

Entretanto, a maior repressão fora arquitetada em 1897, por Manuel Edwiges de Queiroz Vieira, o qual havia assumido a chefia de polícia. A perseguição contra os indesejáveis aumentou significativamente, até desembocar em uma série de “prisões em massa de cáftens e gatunos estrangeiros, seguidas de coação para abandonarem o país” (SAMET, 2019, p. 207). No dia 26 de abril, *A Gazeta de Notícias* elogiava o trabalho do delegado pela detenção de trinta e oito cáftens, que deveriam ser deportados nos dias seguintes. O jornal ainda deprecia advogados que, como Evaristo de Moraes, ofereciam serviços de defesa às “polacas”.

Figura 8 – Recorte do Jornal “A Gazeta de Notícias” (RJ) do ano de 1897



Fonte: A Gazeta de Notícias, 26 de abril de 1897, p. 1

Como elucida Samet (2019, p. 208), os supostos cáctens presos, após serem fotografados para a galeria dos indesejáveis, foram deportados no dia 3 de maio do mesmo ano para Buenos Aires. A polícia argentina, após ser noticiada da chegada da leva de expulsos, prontamente tomou providências para repeli-los do país, “reproduzindo algo que foi constante: um jogo de gato e rato, cada país tentando exportar seus indesejáveis para o vizinho” (SAMET, 2019, p. 209).

Com efeito, é possível afirmar que, de certa forma, a suspeição sobre quem era ou não protagonista de tais atividades desviantes era baseada na etnia, uma vez que “a questão do tráfico e a presença de judeus estavam intimamente associadas” (SAMET, 2019, p. 210). Ainda que houvesse dúvidas e incertezas em relação à moral de qualquer estrangeiro de origem judaica, estes estavam sujeitos à prisão e expulsão caso não pudessem recorrer à *habeas corpus*, visto que a ação da polícia, nestes casos, era de uma “generalização arbitrária sobre quem era ou não era cáften [...]” (SAMET, 2019, p. 211).

Para além disso, havia uma *estereotipização*, como por exemplo, o evento que ocorreu no dia 30 de setembro de 1896. Ainda que a referida data, no calendário judaico, correspondesse à “[...] comemoração da festividade *Simchas Torah*, quando se encerra e se reinicia a leitura anual da Torá” (SAMET, 2019, p. 205), o jornal *O Paiz* narrou tal celebração como “Um baile de cáftens”. A reportagem publicada em outubro do mesmo ano ridicularizava não somente as roupas das mulheres, mas também a pronúncia dos imigrantes, que foram surpreendidos com um “[...] tumulto em que populares gritavam e pediam a retirada da bandeira brasileira, em um momento de animosidade contra estrangeiros” (SAMET, 2019, p. 205).

Conclui-se, portanto, que os veículos de imprensa versavam sobre as prostitutas com grande exagero e estigma, nos quais os clientes “eram sempre colocados em uma situação de passividade, na condição de “vítimas” das terríveis messalinas” (SILVA, 2012, p. 380). Eram rotineiras reportagens que ridicularizavam vários elementos culturais desses imigrantes semitas, para além de outras dimensões citadas, o que se verifica que estes elementos sociais não eram apenas excluídos da sociedade por conta de seu envolvimento com o lenocínio e a prostituição, mas também, ou principalmente, devido a sua identidade.

3.3 Quando as portas se abrem: o nascimento da Associação Beneficente Funerária Religiosa e Israelita

O caos que fora instaurado na vida dos envolvidos com o baixo meretrício do Rio de Janeiro, o qual se deu principalmente no ano de 1896 e implicou em uma série de deportações e desocupações em massa desses indivíduos e de seus imóveis localizados ao centro da cidade, abriu as portas, por outro lado, para uma união mais candente entre as meretrizes de origem judaica.

Tais mulheres, após se encontrarem em uma situação onde não possuíam a mínima assistência do Estado e da sociedade, que na verdade intencionavam, antes de tudo, sua exclusão, deram origem “[...] tanto a uma nova sociedade em 1898 (Associação Beneficente Funerária Religiosa Israelita), como a uma forma de protesto coletivo contra a polícia, pelos jornais, em 1900” (SAMET, 2019, p. 202).

Figura 9 – Recorte do Diário Oficial (RJ) do ano de 1898

ANNUNCIOS

Sociedade Israelita Beneficente e Funeraria

Esta sociedade, constituida a 15 de julho de 1898, sómente de mulheres, nesta Capital Federal e na rua de S. Jorge n. 10, tem por fim o seguinte: Socorrer as suas associadas quando enfermas, dando-lhes medico, pharmacia, enfermeira e aposentos; quando invalidadas, fazel-as repatriar-se, concorrendo a associação com todas as despezas e quando fallecidas fazer-lhes os funeraes, dando sepultura, uma lapide com a inscripção de seu nome, tudo de accordo com a religião que professam e, finalmente, fazendo as communicações necessarias á familia da fallecida.

E' administrada por uma directoria de cinco membros, composta de uma presidente, uma vice-presidente, uma thesoureira, uma secretaria e uma procuradora, cargos esses que na mesma assembléa foram, por aclamação, preenchidos da fórma seguinte: Presidente, Rosa Sanenberg; vice-presidente, Sine Soffer; secretaria, Norma Con; thesoureira, Amali Halper; procuradora, Sophia Ettinger.

A duração de sua administração é de um anno, podendo ser reeleita.

Os membros da associação não respondem subsidiariamente.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1898.—A secretária, Norma Con.

Fonte: Diário Oficial, 26 de julho de 1898, p. 16

Conforme Kushnir (1996), este foi o marco da construção de uma vida comunitária que, no primeiro momento, era composto majoritariamente por mulheres. A sociedade civil preocupava-se com a criação de condições de assistência religiosa, educacional e médica, direitos que não lhes eram devidamente alcançados na República excludente. Assim como fora anunciado em julho de 1898 no Diário Oficial (Figura 9), A Associação Beneficente Funerária Religiosa Israelita (ABFRI) tinha como finalidades fundamentais: socorrer suas associadas quando enfermas, dando-lhes médico, farmácia, enfermeira e aposentos; quando invalidadas, fazê-las repatriar-se,

concorrendo a associação com todas as despesas; quando falecidas, fazer-lhes o funeral, dando sepultura, uma lápide com a inscrição do seu nome, tudo de acordo com a religião que professam, bem como fazer as comunicações necessárias à família da falecida (Diário Oficial, 1898).

A participação masculina, entretanto, também era considerada importante pelas sócias, que deixaram sob a administração dos mesmos a escola e a sinagoga, considerados grandes pilares da associação.

Preocupadas com a preservação de sua vida espiritual e com a educação de seus filhos — vertentes das atividades comunitárias baseadas na religiosidade —, essas mulheres reelaboraram, na pátria imigrada, suas referências de identidade. Se, por um lado, os códigos religiosos são, sempre, particularmente apropriados para a construção e revelação de uma forma de vida, por outro, a preocupação em ter uma escola demonstra a existência de filhos e reforça a ideia, a necessidade e a possibilidade de uma organização comunal — suficientemente expressiva e financeiramente capaz — que precisava ser estruturada. A existência dessas crianças desmistifica também todo um estereótipo e uma fantasia que cerca o mundo da prostituição e que considerava, na época, essas mulheres como inférteis ou mesmo negadoras da ideia de maternidade (KUSHNIR, 1996, p. 97).

Os requisitos para a participação de novos membros na entidade envolviam a apresentação destes por um sócio antigo e, principalmente, professar a religião judaica. Além disso, era necessário dispor-se de boa saúde, uma vez que a associação dependia da contribuição mensal de seus sócios para uma acumulação de recursos a qual posteriormente viabilizaria o auxílio dos associados. Havia também diferentes formas de participação: “como fundador; como contribuinte — ao ser admitido pagava uma quantia como joia e uma mensalidade; como remido - depositava nos cofres da Associação, de uma só vez, a quantia de 300 mil réis” (KUSHNIR, 1996, p. 97).

Em dezembro de 1915, houve uma reorganização da entidade, em que um novo estatuto foi definido e permitiu que a sociedade fosse gerida exclusivamente por homens. A associação agora tinha uma composição mais heterogênea, dado que o número de mulheres sócias nesse período diminuiu consideravelmente devido aos reflexos da Primeira Guerra Mundial, que dificultaram os processos de imigração (KUSHNIR, 1996). Essa segunda fase da ABFRI, segundo Kushnir (1996, p. 101), “foi marcada pela sua divisão em duas esferas: uma das beneficências e outra administrativa”. Sob o comando das beneficências, estavam as mulheres, dispostas em uma diretoria que era composta por uma Presidente, uma Vice-Presidente, uma

Secretária, além de oito superiores de atos fúnebres. Possuíam livre acesso a no máximo 300 mil réis, que deveriam ser ministrados à “[...] realização de enterros e aos socorros hospitalares das mulheres” (KUSHNIR, 1996, p. 101).

Kushnir (1996) justifica que o motivo da aceitação de uma participação e administração masculina por parte das sócias teria relação com uma “atitude máfia”, na qual o conceito de núcleo familiar é preponderante. Sendo assim, a identidade da associação estava intimamente ligada a um modelo familiar, em que a hierarquia envolta sob as figuras de marido, esposa e filhos era cultivada socialmente por estas pessoas, bem como, conseqüentemente, a ideia de superioridade masculina.

A “atitude máfia” enfatiza uma relação em que o todo (o comunitário) e as partes (cada membro) têm, cada um, o seu papel, mas uma única função. Portanto, mesmo com relações violentas e muitas vezes sanguinárias atravessando este contexto, os envolvidos estabelecem nesse tipo de dinâmica o mérito de dar a cada um a possibilidade de viver com um coletivo e por um coletivo. Talvez estas duas características possam explicar o porquê da divisão e da aceitação feminina de novas regras, assim como a importância de uma noção e de uma vivência de “família” talvez explique o tipo de agrupamento que essas pessoas formam nesse momento (KUSHNIR, 1996, p. 101).

Dessa forma, a associação era um ato coletivo de homens e mulheres, em que ambos eram sócios contribuintes. É válido ressaltar que a presença masculina era necessária principalmente “[...] por meio do viés religioso, visto que a tradição ortodoxa judaica estabelece obrigatoriamente homens como gestores da sinagoga e condutores da liturgia” (SAMET, 2019, p. 307). A porção masculina de sócios, ainda que representasse apenas 19% da entidade, era responsável pelo gerenciamento do patrimônio e autorização de despesas que ultrapassavam 1 milhão de réis. “As eleições, nas quais todos votavam, mas só os homens podiam ser eleitos para os cargos administrativos, realizavam-se anualmente, até 1938, no dia 2 de janeiro, por voto secreto” (KUSHNIR, 1996, p. 104).

Foi durante a gestão de 1916 que, indubitavelmente, concretizou-se um dos projetos mais significativos da entidade: o Cemitério Israelita de Inhaúma, primeiro cemitério israelita de caráter particular estabelecido na cidade do Rio de Janeiro (KUSHNIR, 1996).

Anteriormente, os judeus desta cidade eram enterrados em quadras delimitadas no Cemitério do Caju, São João Batista ou dos Ingleses, segundo os preceitos religiosos judaicos. Dentro destes preceitos, os suicidas e as prostitutas eram enterrados junto ao muro, demarcando e reconfirmando a marca da exclusão. E foi certamente para sair deste lugar que aqueles

homens e mulheres se organizaram associativamente a partir de 1906, em um ato pioneiro dentro do processo imigratório de judeus para o Brasil (KUSHNIR, 1996, p. 112).

De acordo com um levantamento realizado por Kushnir (1996), cerca de 80% das 797 lápides encontradas no local, são de mulheres. Constam, também, 32 nomes de crianças no Livro de Registro de óbitos dos membros da ABFRI. Analisando o documento, a autora concluiu que a média de vida dessas pessoas alcançava entre 30 e 40 anos, além do fato de que o fluxo de chegada dos imigrantes foi constante até meados de 1940.

O fim da associação se aproxima entre os anos de 1940 e 1950, com o advento da Segunda Guerra Mundial que, além de dificultar o processo de imigração, também altera o seu perfil. Anos antes, entre as décadas de 20 e 30, também se intensificaram e efetivaram as campanhas antitráfico, sobretudo quando Alcides Etchegoyen havia assumido a chefia da polícia. Guiado pelos valores moralistas da época, “[...] o chefe de polícia Etchegoyen combateu firmemente o jogo do bicho e as atividades ligadas à prostituição” (KUSHNIR, 1996, p. 116). Finalmente, nos anos 50, a idade avançada das “polacas” apontou para o limite da trajetória de muitos homens e mulheres que, após passarem muito tempo de suas vidas fugindo da miséria e exclusão, reconstituíram, ao seu modo, uma sociedade de mútua ajuda como um meio de sobrevivência e reafirmação identitária.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imigração de todos os envolvidos com a história das “polacas” para o Brasil foi uma fuga da miséria vivida nos países Europa Oriental, na qual os exercícios de prostituição e negociação de mulheres eram os únicos meios de sobrevivência possíveis e conhecidos por essas pessoas, muitas vezes desde cedo naqueles lugares.

Tanto os cafetões quanto as prostitutas enfrentaram uma trajetória marcada por dificuldades e incertezas, pois tinham esperanças de um futuro melhor. Dessa maneira, podemos aferir que os motivos e as circunstâncias de ambas figuras eram os mesmos: driblar as condições de exclusão, perseguição e pobreza experienciadas em suas terras natais. Nesse sentido, é possível afirmar e reconsiderar que não cabe à esta pesquisa qualificações e julgamentos que até hoje são reputados a estes sujeitos. Sem a intenção de negar a violência sofrida pelas “polacas”, conceber estas como as vítimas e os cáftens como os vilões, contribui para uma perpetuação de uma narrativa a qual desconsidera a complexa rede de relações formada por essas pessoas.

Sendo assim, o objetivo desta monografia foi não só delinear a trajetória destes imigrantes na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1867 e 1950, mas também ponderar que o preconceito e os estereótipos direcionados a estes sujeitos deturpou e silenciou suas histórias de vida individuais, os classificando em um só grupo, com atributos preestabelecidos e imutáveis. Pretendeu-se, também, demonstrar que os caftens e as meretrizes, mesmo em meio a todos os problemas que envolveram suas relações dentro do mercado meretrício e do “tráfico”, eram pessoas como quaisquer outras, as quais idealizavam uma vida melhor para seus filhos, amizades e companheiros, e que almejavam professarem sua fé e identidade livremente.

Em suma, é ambição da autora deste trabalho a continuidade deste estudo futuramente, a fim de contribuir para as pesquisas acadêmicas em relação ao tema referente às “polacas” e prostituição no Brasil.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Taynara Mirelle do Nascimento de. “Madame Pommery”: a prostituição das polacas no Brasil. **Entrepalavras**, [s.l.], v. 5, n. 3 esp, p. 219-237, jul. 2016.

DOMINGUES, Joelza Ester. “**Encrenca**” e “**sacana**”: palavras originadas no tráfico de mulheres. 2022. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/encrenca-e-sacana-palavras-originadas-no-traffic-de-mulheres/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

GRUMAN, Marcelo. A Prostituição Judaica no Início do Século XX: desafio à construção de uma identidade étnica positiva no Brasil. **Campos - Revista de Antropologia**, [s.l.], p. 83-99, jul. 2006. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/5446>. Acesso em: 26 ago. 2023.

KUSHNIR, Beatriz. **Baile de Máscaras: Mulheres Judias e Prostituição**. As Polacas e suas associações de Ajuda Mútua. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

MENEZES, Lená Medeiros de. Entre denúncias e propostas: O tráfico de brancas e os bastidores migratórios em obras de época. **História (São Paulo)**, [s.l.], v. 36, p. 1-23, 16 jan. 2017. DOI: 10.1590/1980-436920160000000108. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/Ws6m5GZ3FR9J3N37LTtm57c/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 ago. 2023.

NEEDELL, Jeffrey. “A ascensão do fetichismo consumista”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, p. 39-58, out. 1988. Disponível em: <https://anpocs.org.br/1988/10/07/vol-3-no-8-rio-de-janeiro-1988/>. Acesso em: 26 ago. 2023

NEEDELL, Jeffrey. **Belle époque tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

RAGO, Margareth. **Os Prazeres da Noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

RAGO, Margareth. Nos bastidores da Imigração: o tráfico das escravas brancas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, p. 145-180, 1989. Disponível em: https://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=23. Acesso em: 10 ago. 2023.

ROSA, Francisco Ferreira da. **O Lupanar: estudo sobre o cativeiro e prostituição no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nabu Press, 1896, Reimpressão, 2009.

SAMET, Henrique. **Poucos e Muitos: a comunidade judaica e seus desviantes na cidade do Rio de Janeiro (1850-1920)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia da Letras, 2015.

SOARES, Luiz Carlos. **Rameiras, Ilhoas, Polacas: A prostituição no Rio de Janeiro do século XIX**. São Paulo: Ática, 1992.

TOMÁS, Júlia. **O Tráfico de Seres Humanos para Exploração Sexual**: estudo sobre discursos mediáticos e representações sociais. Braga: Universidade do Minho, 2016.

WOLNY, Anna. A polaca: a mulata ao avesso. **Romanica Cracoviensia**, Cracóvia, p. 338-348. dez. 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/4783460/A_polaca_a_mulata_ao_avesso. Acesso em: 10 ago. 2023

VIEIRA, Fábio Antunes. O antissemitismo em uma breve perspectiva histórica: de Roma ao nazismo. **Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 54–68, 2019. DOI: 10.17851/1982-3053.13.25.54-68. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/maaravi/article/view/23872>. Acesso em: 25 ago. 2023.